

Curitiba das tábuas verticais e mata-juntas: as casas tradicionais de madeira na primeira metade do século XX

Curitiba of vertical boards and joint covers: traditional wooden houses in the first half of the 20th century

Núbia Parol

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal do Paraná (UFPR).
E-mail: nubiaparol@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-2671-4570>

Revista de Arquitetura IMED, Passo Fundo, vol. 11, n. 2, p. 106-125, julho-dezembro, 2022 - ISSN 2318-1109

DOI: <https://doi.org/10.18256/2318-1109.2022.v11i2.5022>

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*

Como citar este artigo / How to cite item: [clique aqui/click here!](#)

Resumo

O padrão arquitetônico das tábuas verticais e mata-juntas se disseminou pela paisagem de Curitiba na primeira metade do século XX. Nas duas últimas décadas do século XIX, a ascensão das serrarias, juntamente com a exploração predatória de espécies nobres como a *Araucária angustifolia*, promoveu a padronização do corte das tábuas, que se tornaram um material popular devido ao baixo custo. Além dos fatores econômicos, o sincretismo entre as técnicas construtivas se materializou a partir do encontro entre o saber local e as contribuições trazidas por imigrantes de diversas etnias, resultando em casas coloridas, avarandadas e com lambrequins. No entanto, apesar da popularidade dessas edificações, o Código de Posturas de 1919, instrumento legislativo que definiu as normas construtivas e de uso do solo na cidade no início do século XX, contribuiu para a produção de uma paisagem moldada pelos parâmetros da segregação, na qual as casas de madeira integraram um âmbito de exclusão por simbolizarem atraso devido ao material construtivo.

Palavras-chave: Casas tradicionais de madeira; Curitiba; Código de Posturas de 1919.

Abstract

The architectural pattern of vertical boards and wooden joint covers spread across the landscape of Curitiba in the first half of the 20th century. In the last two decades of the 19th century, the rise of sawmills, along with the predatory exploitation of noble species such as *Araucaria angustifolia*, promoted the standardization of board cutting, which became a popular material due to its low cost. In addition to economic factors, the syncretism between construction techniques materialized from the encounter between local knowledge and contributions brought by immigrants from various ethnicities, resulting in colorful, verandah houses with ornamental woodwork (lambrequins). However, despite the popularity of these buildings, the Code of Postures of 1919, a legislative instrument that defined construction and land use regulations in the city at the beginning of the 20th century, contributed to the production of a landscape shaped by parameters of segregation, in which wooden houses were part of an exclusionary context for symbolizing backwardness due to the construction material.

Keywords: Traditional wooden houses; Curitiba; Code of Postures of 1919.

1 Introdução

As casas tradicionais de madeira, cuja técnica construtiva remete ao padrão das tábuas verticais e mata-junta (BATISTA, 2007), permeiam o espaço de Curitiba desde as duas últimas décadas do século XIX. O advento das serrarias, em concomitância com encontro entre o saber técnico trazido por imigrantes de diversas etnias e o conhecimento local, resultou na popularidade de residências, enfeitadas por lambrequins¹, que se difundiram por toda a cidade devido ao baixo custo da madeira. De acordo com acervo do Arquivo Público Municipal de Curitiba, entre 1900-1950 foram submetidas à Diretoria de Obras 32.000 plantas de imóveis construídos na capital, dos quais, 8.770 referem-se à casas tradicionais.

O conceito de casa tradicional é utilizado pelos arquitetos Dudeque (2001) e Batista (2007) em referência ao padrão construtivo das tábuas verticais e mata-juntas. Para ambos os autores, a atribuição da palavra vernacular é inadequada. Segundo Dudeque (2001), as edificações em questão são distintas da arquitetura vernacular, porque pertencem a um momento histórico recente. De acordo com Batista (2007), arquitetura vernacular é uma expressão pejorativa que desqualifica as construções populares. Larocca *et al.* (2008) nomeia às referidas edificações como arquitetura popular paranaense. Ainda, concernente a nomenclaturas, Imaguire (1993) as define como casas de araucária, em função do material utilizado, do padrão construtivo de tábuas verticais e mata-junta e do período cronológico vinculado à extração madeireira na região Sul do Brasil.

Independente da variação conceitual, as casas tradicionais são o registro material de um padrão arquitetônico que se estabeleceu no Sul do Brasil, em virtude da abundância da madeira, que não se restringiu somente à *Araucária angustifolia*, mas também envolveu outras espécies nobres como a imbuia e a peroba-rosa, concentrada no norte do Paraná. O saber fazer local materializado nas casas caboclas de tábuas verticais, cujos últimos redutos encontram-se na região sudeste do Estado, somado aos contingentes de imigração europeia que contribuíram com técnicas de construção provenientes de seus países de origem, resultou em um padrão arquitetônico sincrético e popular.

Segundo Larocca *et al.* (2008), a técnica construtiva de residências entre ucranianos e poloneses, em seus respectivos países de origem, agregava pesados troncos

1 Artefato originário da Europa cuja função era conduzir e escoar a água pluvial, além de proteger a estrutura de madeiramento das casas. Em Curitiba, os lambrequins se disseminaram no início do século XX, em áreas de maior influência de colonos europeus. As peças eram confeccionadas em madeira, mediam aproximadamente quarenta centímetros de comprimento e adornavam frequentemente as edificações de tábuas, embora fossem encontradas em construções de alvenaria (IMAGUIRE, 1976).

encaixados horizontalmente². Na região Sul do Brasil, os imigrantes se adaptaram a técnica local das casas caboclas de tábuas verticais, devido à qualidade e flexibilidade da madeira, que possibilitava a obtenção de peças perfeitas com extensão superior a seis metros. No âmbito do sincretismo das técnicas construtivas, os poloneses trouxeram o uso dos lambrequins curvilíneos, os ucranianos ornamentações fortemente geométricas, enquanto os alemães inseriram os telhados de chanfro e as mãos-francesas curvas.

Apesar da popularidade das casas tradicionais de madeira, ao longo do século XX o poder municipal de Curitiba — por intermédio de diversas leis e posteriormente através do Código de Posturas de 1919 — restringiu e determinou onde e como tais edificações poderiam ser erigidas. Nessa perspectiva, a cidade, de acordo com Lefebvre (2001), é o palco de mediações entre a denominada ordem próxima, que regula as relações cotidianas entre indivíduos e grupos, e a ordem distante, regida por instituições poderosas como o Estado, códigos jurídicos e conjuntos significantes que influenciam diretamente a organização social.

Embora restrições legais tenham determinado onde e como as casas tradicionais poderiam ser erigidas, os levantamentos de projetos arquitetônicos submetidos à Prefeitura de Curitiba na primeira década do século XX demonstram que:

Excetuando-se a Praça Tiradentes, a Rua XV e a Barão do Rio Branco (na época Rua da Liberdade), dificilmente outros logradouros não teriam ao menos uma casa de madeira, mesmo que só com a fachada de alvenaria, já que, segundo a lei, bastava que a fachada fosse bela (SUTIL, 1996, p. 106).

O Código de Posturas de 1919, embasado em pretensa “neutralidade” técnica, definia Curitiba a partir de três zonas concêntricas³, que partiam do centro em direção às áreas periféricas, instituindo uma morfologia espacial homogênea, embasada nas condições socioeconômicas dos indivíduos e classes que habitavam determinado segmento.

- 2 A casa de tronco encaixado, situada no Bosque João Paulo II, em Curitiba, remete ao padrão construtivo citado. É interessante acentuar que a referida técnica de construção dispensa o uso de parafusos. Originalmente, a edificação em questão pertencia à família Furman e situava-se no distrito de Campina das Pedras, no município de Araucária (PR). O traslado e a recuperação da edificação histórica ocorreram em 1992, e atualmente o Bosque João Paulo II é uma Unidade de Interesse de Preservação. CURITIBA, Prefeitura Municipal. *Relocação, recuperação e preservação de casa histórica da família Furman, localizada no distrito de Campina das Pedras, no município de Araucária –PR*. Curitiba, abril de 1992.
- 3 A Lei municipal n.º117, de 1903, definiu o perímetro urbano de Curitiba. Posteriormente, a Lei n.º 177, de 1906, determinou que as casas de madeira não poderiam ser edificadas na zona central da cidade. Por fim, em 1912 o perímetro urbano foi mantido e a hierarquização do espaço urbano da cidade ganhou feições concêntricas, uma vez que, a Lei n.º 341, instituiu três zonas que partiam do centro em direção às áreas periféricas.

A construção de casas tradicionais foi popular em Curitiba até a década de 1960, período no qual o pinheiro do Paraná tornou-se escasso na região centro-sul do Estado e a exploração predatória deslocou-se para o oeste e sudoeste (LAVALLE, 1981). Devido à escassez, a madeira tornou-se um material caro em comparação à alvenaria e os padrões construtivos tradicionais entraram em declínio.

2 O código de posturas de 1919 e o ordenamento da paisagem urbana

Os Códigos de Posturas foram instaurados no âmbito das municipalidades a partir da Independência do Brasil em relação a Portugal. Eram instrumentos legais que tinham por incumbência inserir uma cultura cidadina na população, portanto, atuavam nas mais diversas esferas urbanas, como, por exemplo: questões sanitárias, uso do solo, horários de trabalho e festividade, locais de encontro e até mesmo a forma de caminhar ou cavalgar pelas ruas (MAIA, 2014). Em Curitiba, foram promulgados diversos Códigos de Posturas, no entanto, até o século XX, não existiram referências em relação às casas de madeira. As Posturas de 1895, por exemplo, não fizeram nenhuma menção sobre a temática⁴.

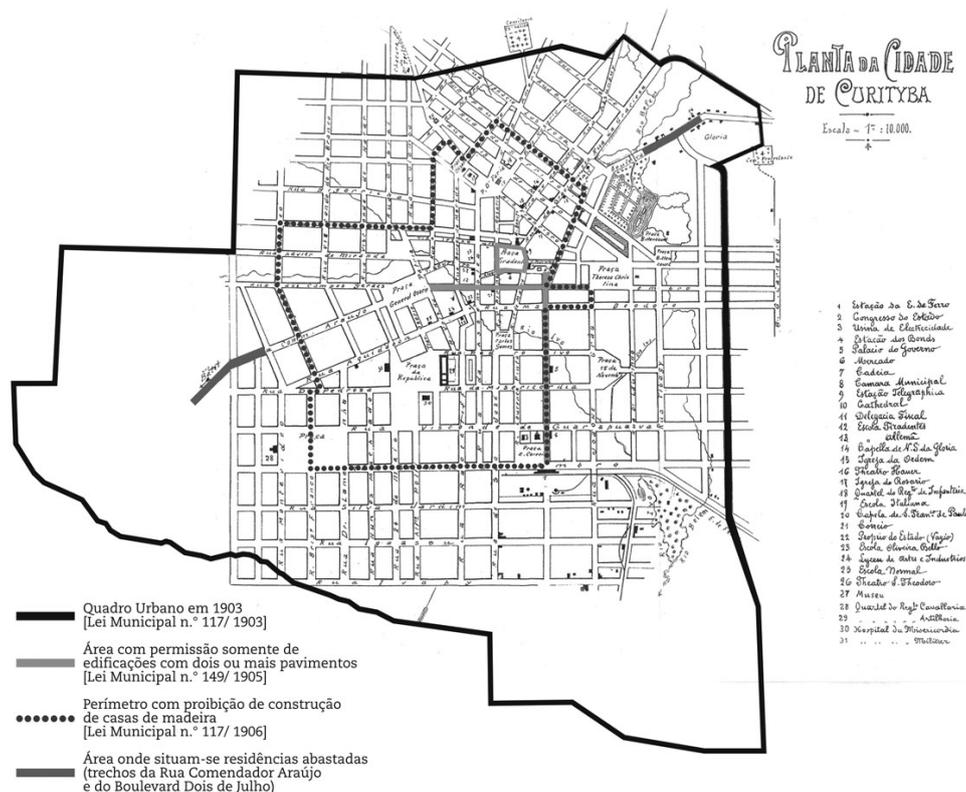
É pertinente pontuar que, enquanto fonte histórica, as legislações não remetem a uma veracidade incontestável. Basta analisar a recorrência de casas tradicionais que não utilizavam o lambrequim, embora fosse uma imposição municipal desde 1914. Por conseguinte, documentos legislativos compilam interpretações do mundo a partir de gabinetes e, conseqüentemente, de classes sociais específicas. Diante do exposto, as legislações podem ofertar importantes vislumbres da realidade, mas jamais sua totalidade. Concernente às casas tradicionais de madeira, a Lei Municipal n.º 177 de 1906 foi a primeira a definir:

Art. 1º Fica *prohibida* a construção de casas de madeira na área abrangida pelo seguinte perímetro: da Rua 7 de Setembro – em frente a Estrada de ferro – subindo até o largo 21 de abril, deste, descendo a Rua Brigadeiro Franco até a Rua Saldanha Marinho; por esta até a Rua Desembargador Ermelino de Leão; por esta subindo até o alto de S. Francisco; *d’ahi* descendo até a Rua América, por esta abaixo até a Rua Paula Gomes, para *sahir* no largo 19 de Dezembro e apanhar a Rua Riachuelo, e desta até a Rua 15 de Novembro, e o largo Santos Andrade, e deste a Rua Marechal Deodoro até a Rua da Liberdade, e por esta até fechar o perímetro da estrada de ferro.

4 O Art.120 das Posturas de 1895 proíbe a construção de sacadas em madeira, no entanto, não faz referência à construção de casas com o material mencionado.

No período da promulgação da Lei Municipal n.º 177 de 1906, a área pontilhada na Figura 1 reunia os aparatos mais modernos provenientes da urbanização, como, por exemplo: transporte público de tração animal, inaugurado em 1883 e substituído por bondes elétricos a partir de 1910, iluminação pública e calçamento nas principais ruas e praças da cidade.

Figura 1. Planta de *Curityba* e perímetro urbano definido em 1903



Fonte: Memória Urbana, 2022. Planta de Curityba - 1901, apresentada pelo Almanach Paranaense para o ano de 1900. Curityba: Correia & Comp. 1899; e Lei Municipal n.º 117/1903.

A Figura 1 ilustra os principais espaços destinados à modernização promovida pela ação municipal e as áreas nas quais edificações de madeira não seriam toleradas. A ação da municipalidade em determinar, com base em medidas legais, padrões construtivos embasados a partir da localização, produziu: “especialmente uma morfologia estratificada hierarquizada enquanto imbricação de espaços dominados-dominantes, como consequência da hierarquia social” (CARLOS, 2007, p. 33).

Segundo Corrêa (1989, p. 68), no passado: “a localização junto ao centro da cidade constituía uma necessidade para a elite porque ali se localizavam as mais importantes instituições urbanas: o governo, através do palácio, a Igreja, as instituições financeiras e o comércio a longa distância”. Para Abreu (1987, p. 10), o conceito “periferização” remete: “mais do que a localização distante do centro metropolitano. O conceito inclui também a não acessibilidade ao consumo de bens e serviços que, embora produzidos socialmente pelo Estado, localizam-se apenas nas áreas mais privilegiadas [...]”.

Na Figura 1, a área delimitada em negrito denota o quadro urbano da cidade, definido pela Lei Municipal n.º 117 de 1903. No perímetro pontilhado, cuja construção de casas de madeira era proibida desde 1906, concentravam-se as ações voltadas ao saneamento, calçamento, iluminação e medidas ornamentais cujo intuito era embelezar a cidade. Na Rua da Liberdade, área demarcada em cinza-claro no mapa, apenas construções assobradadas eram permitidas pela legislação. No contexto referido, a Rua da Liberdade, nomeada Barão do Rio Branco a partir de 1912, era o centro político da capital e também de deslocamento, uma vez que convergia em direção a Estação Ferroviária.

Por fim, as áreas demarcadas em cinza-escuro designavam espaços valorizados na capital, agregando a Rua Comendador Araújo e a atual Avenida João Gualberto, outrora designada como Boulevard 2 de Julho. Em referência à primeira rua, a localização possibilitava o acesso ao interior do Estado, tornando a área um ponto de concentração de palacetes de magnatas da erva-mate, como, por exemplo: comendador Manoel Miró. Do mesmo modo, o Boulevard 2 de julho agregava o Palácio Leão, além do único parque existente no período, o Passeio Público inaugurado em 1886.

Outras leis endossaram as determinações da Lei Municipal n.º 177 de 1906, no mesmo ano a Lei n.º 196 proibiu casas de madeira na Rua XV de Novembro, com o prazo de trinta dias para os proprietários substituírem as paredes de madeira por tijolos. A partir de 1909, a Lei Municipal n.º 245, utilizando-se de arguições embasadas na higiene, proibiu fachadas em madeira alinhadas às ruas no quadro urbano da cidade, definido em 1903:

Art. 1º Os prédios a construir ou reconstruir dentro do quadro urbano de *Curytiba*, obedecerão às seguintes condições de segurança e *hygiene*;

Art. 5º As paredes, tanto externas como internas, deverão satisfazer todas as condições de perfeita solidez de *accordo* com a *construcção projectada*, não podendo, em qualquer caso, a fachada, no alinhamento das ruas e praças, bem como as paredes divisórias de prédios contíguos, ser construídas de madeira, estuque ou frontal.

Finalmente, em 1914, a Lei Municipal n.º 413 determinou especificações mais rígidas quanto à construção das casas de madeira em Curitiba, que poderiam ser erigidas na 2ª e 3ª zona da cidade, desde que cumprissem as exigências de alinhamento, nivelamento e outras condições postuladas pela legislação. Lefebvre (2001), pontua que, nas realidades urbanas definidas a partir da dependência em relação ao centro, os subúrbios podem ser interpretados como urbanos. No entanto, caso a ordem seja determinada a partir da desvinculação perceptível entre a centralização e as *áreas* periféricas, os subúrbios são desurbanizados. A Figura 2 elucidada as zonas concêntricas da cidade, estabelecidas pela Lei Municipal n.º 341 de 1912, que irradiavam do centro em direção à periferia.

se cada vez mais para a periferia da cidade. [...] A 1ª zona era a que tinha melhores condições em todos os sentidos.

Na 2ª zona da cidade (áreas delimitadas no mapa em cinza-claro), as casas de madeira poderiam ser construídas com a condição de se situarem fora do limite estabelecido pelo traço pontilhado. Nestas circunstâncias, a partir da Lei Municipal n.º 413 de 1914, seriam toleradas, desde que ficassem afastadas ao menos cinco metros em relação ao alinhamento predial da rua, enquanto as laterais exigiam recuo mínimo de dois metros. É importante pontuar que o distanciamento, em relação às laterais, cumpre o propósito de evitar o alastramento de incêndios, uma vez que a madeira é um material inflamável.

A legislação de 1914 determinou a obrigatoriedade do uso de lambrequins nas abas dos telhados frontais e laterais, exceto a **área** dos fundos. A preocupação estética da municipalidade estava voltada principalmente para a fachada, uma vez que as abas dos fundos, onde ninguém avista, não necessitavam de adornos. No entanto, apesar das imposições, não foram todas as casas edificadas em madeira, no período em questão, que utilizaram o referido adorno. É provável que mestres carpinteiros provenientes de Santa Catarina desconhecem as leis de Curitiba (IMAGUIRE *et al.*, 2011).

Quanto às casas construídas na 3ª zona da cidade (área que compreende o quadro urbano vigente em 1914, delimitada por tênue sombreado cinza) as exigências eram basicamente as mesmas impostas para a 2ª zona, com exceção das paredes internas e externas que poderiam ser revestidas com cal. No entanto, as janelas, portas e lambrequins, deveriam obrigatoriamente ser pintados a óleo. As casas de madeira edificadas nos arrabaldes (perímetro fora do quadro urbano), obedeceriam às mesmas condições.

Conforme definido pela Lei n.º 341 de 1912, o Código de Posturas de 1919 deu continuidade à divisão do quadro urbano em três anéis concêntricos que partiam do centro em direção aos arrabaldes periféricos. A seção número IV das Posturas de 1919 foi inteiramente dedicada à construção das casas de madeira no município. O Art.60 reforçou legislações anteriores, pontuando que a primeira zona do quadro urbano “constituída pelas ruas e praças *principaes* da cidade, só é *permitteda* a *construcção* de casas cujas paredes externas sejam de alvenaria”. Adicionalmente, enquanto em 1914 a exigência do recuo para as edificações em alvenaria era de cinco metros, o alinhamento predial das casas de madeira em relação à rua dobrou para 10 metros, denotando claro desincentivo à construção das mesmas. Além da maior rigurosidade em relação ao recuo do alinhamento predial, as Posturas de 1919 instituíram penalidades financeiras a partir do Art. 64, postulando que: “A infração de qualquer das disposições dos artigos desta secção será punida com a multa de 100\$000 além da demolição ou retificação da obra pela Diretoria de Obras, à custa do proprietário”.

Este processo que se desenvolveu em Curitiba nas primeiras décadas do século XX pode ser associado ao denominado espaço abstrato de Lefebvre (2013). Segundo o autor, o espaço abstrato é uma superfície de manipulação das autoridades e denota o esvaziamento da criatividade, a redução do vivido. No entanto, este espaço não pode ser definido como homogêneo, embora tenha a homogeneidade enquanto meta. Nessa concepção, o Estado é um marco de poder que direciona as decisões, visando beneficiar os interesses das minorias de tal forma que estes interesses passam a representar os interesses gerais. Para compreender o Estado, é necessário apontar que este concebe o espaço; sem a dimensão espacial, o Estado se limita à mera racionalidade. Somente por intermédio do conceito de produção do espaço, o Estado alcança a concretude do poder. É através do espaço que o poder central se impõe e, contemporaneamente, o Estado atua no processo de produção e reprodução do espaço como agente de acumulação do capital. Isso ocorre por meio de normatizações, planejamentos urbanos, planos diretores, investimentos em determinadas áreas e revitalizações que direcionam a hierarquização do espaço (CARLOS, 2018).

3 Curitiba das tábuas verticais e mata-juntas

É milenar o uso da madeira como técnica construtiva, devido à recorrência de florestas em diversas partes do mundo. No Brasil, antes da colonização, a madeira foi utilizada nas habitações indígenas: ao redor do tronco central da oca, os membros da tribo fixavam diversas varas periféricas. Posteriormente, os portugueses utilizaram o material para a construção de estruturas, devido a um saber técnico, difundido na região do Mediterrâneo, que priorizava a alvenaria (GIOVANI, 2008).

Embora a madeira acompanhe o homem ainda rebento, acomodado no refúgio do berço, do mesmo modo que o acompanha na derradeira morte, o uso da mesma enquanto material construtivo para a habitação pode denotar preconceitos atrelados à questões socioeconômicas. Apesar do nome etimologicamente relacionado a uma árvore, é provável que no Brasil o rechaço em relação ao material construtivo remonte ao período colonial, uma vez que os portugueses preferiam técnicas embasadas na alvenaria.

Atualmente, em áreas periféricas, nas mais diversas capitais brasileiras, onde a autoconstrução coletiva é a única solução viável para a moradia, a madeira é um dos materiais construtivos predominantes, juntamente com os blocos de concreto e lajes pré-fabricadas (MARICATO, 1982). No espectro oposto, os chalés de veraneio exibidos em catálogos arquitetônicos inundam os sonhos das classes médias e altas e nessas circunstâncias, como habitação secundária, a madeira não simboliza pobreza, mas glamour e requinte. Em Curitiba e na região Sul do Brasil, são inúmeras as empresas que ofertam casas pré-moldadas ou pré-fabricadas em madeira, atestando a continuidade, embora as técnicas de edificação sejam distintas, da tradição construtiva em relação ao mencionado material.

No final do século XIX, devido às extensas matas de araucária, ou floresta ombrófila mista, e da proximidade em relação à ferrovia, as serrarias se alastraram por Curitiba, sinalizando o advento do período industrial. Nesse contexto, a madeira tornou-se um aparato construtivo popular, sobretudo em função da abundância do material e conseqüente preço baixo. Na capital paranaense, as edificações tradicionais mais antigas foram construídas nos últimos anos do século XIX e primeiras décadas do XX. Para Imaguire (1993), estas casas referem-se à tipologia arquitetônica “lusobrasileira” (Figura 3), em função das águas do telhado voltadas para frente e os fundos do lote, de modo semelhante à disposição das residências no período colonial do Brasil.

Figura 3. Exemplo de casa “lusobrasileira” no bairro Barreirinha



Fonte: Autora, 2022.

A permanência das águas do telhado voltadas para a rua reflete padrões de longa duração inscritos na paisagem. De acordo com a premissa temporal estabelecida por Fernand Braudel (1992), o tempo histórico não se limita a uma sucessão coordenada de fatos. Nesse sentido, embora as Posturas Municipais de Curitiba em 1895 determinassem novos parâmetros construtivos, embasados, sobretudo em questões de higiene e privacidade, como, por exemplo, corredores de pelo menos 1,5 metros entre uma casa e outra rompendo com o padrão colonial das fachadas aglutinadas (POSTURAS, 1895, Art. 123), o telhado da casa lusobrasileira insiste em modelos pretéritos.

Na década de 1920, o Paraná contabilizava mais de 170 serrarias em funcionamento. A princípio contíguas às ferrovias, concentrando-se na região centro-sul, e, posteriormente, com o esgotamento das reservas, adentrando ao interior do Estado em direção à oeste (IPPUC, 1999). Em comparação aos outros Estados

meridionais, a exploração da araucária no Paraná começou tardiamente, possibilitando maiores reservas e justificando a denominação “Pinho do Paraná”, atribuída pelos compradores do mercado externo.

Desse modo, na primeira metade do século XX, os maiores importadores da madeira paranaense foram: Inglaterra, Alemanha, França e Holanda. No entanto, apesar da qualidade da madeira proveniente da araucária, erros crassos de armazenamento comprometiam frequentemente as condições do material. A madeira era empilhada ao ar livre, sujeita as mais diversas intempéries do tempo, enquanto aguardava o embarque, às vezes por meses, nas cercanias dos portos de Paranaguá e Antonina (LAVALLE, 1981).

Apesar dos problemas de armazenamento citados, devido à versatilidade da madeira, destacaram-se diversos usos. No mercado interno, houve a instauração de indústrias destinadas à produção de mobília. No período de proeminência econômica da erva-mate, as barricas eram confeccionadas em pinho. Além disso, segundo Dudeque (2001), a madeira também serviu para a confecção de caixas destinadas a receber produtos das indústrias norte-americanas e através da atuação da *Southern Lumber*, hectares inteiros de florestas foram derrubados e transformados em cabos de vassoura.

Nessa perspectiva, entende-se que as casas tradicionais constituem o registro de uma arquitetura consolidada no Sul do Brasil, apresentando variações regionais, mas que, fundamentalmente, mantêm a mesma base construtiva. Historicamente, essas construções estão associadas à extração da madeira, ao saber fazer local e aos contingentes de imigração europeia que chegaram à região, contribuindo com técnicas de construção originárias de seus países de origem. As casas tradicionais, edificadas com madeiras nobres como araucária, peroba-rosa, imbuia, canela e cedros, representam a materialização de um saber popular impregnado de sincretismo. Nesse sentido, Imaguire reitera:

O grande produto cultural do ciclo econômico da madeira no Paraná foi a arquitetura popular. Não se trata evidentemente de fenômeno curitibano ou paranaense – mas, como cidade que centralizou em grande parte o processo, e experimentou na época intenso crescimento, foi onde houve grande concentração de construções – principalmente casas – de madeira (IMAGUIRE, 1993, p. 25).

Em Curitiba, entre as contribuições técnicas dos imigrantes, destacam-se aquelas de origem alemã, cuja influência se sobressai a partir da segunda metade do século XIX. Mestres de obras como Gottlieb Wieland, Rodolfo Lange e Karl Neumann deixaram uma marca significativa nesse período (SUTIL, 2003). O chalé verde, construído por um mestre de obras alemão em 1880 para Victor Ferreira do Amaral, denota o pioneirismo na ruptura com os padrões lusitanos coloniais. A edificação foi

erigida no meio do lote, substituindo o alinhamento predial sem recuo em relação à fachada, promovendo, assim, a existência de um jardim frontal (DUDEQUE, 2001).

Os migrantes alemães também foram responsáveis por introduzir em Curitiba a técnica construtiva do enxaimel⁵ e os sótãos habitáveis (SUTIL, 2003). Ainda assim, no âmbito da arquitetura tradicional em madeira, Larocca *et al.* defende:

Não há, no Paraná, uma permanência tão marcante da origem alemã na arquitetura popular, como a que se encontra na arquitetura residencial catarinense e da serra gaúcha; ao contrário, pode-se falar em uma arquitetura germano-paranaense, cujo sotaque transparece no uso do telhado de chanfro, mas que, por outro lado, respeita e absorve as características da casa cabocla, entre elas a independência da estrutura e o afastamento do assoalho em relação ao solo (LAROCCA *et al.*, 2008, p. 10).

A varanda da casa vermelha, ilustrada na Figura 4, é adornada com mãos-francesas, um elemento que também desempenha a função utilitária de sustentação. Na sequência, o recorte existente no encontro das águas do telhado da Figura 5 é denominado chanfro. Ambas técnicas construtivas inseridas por imigrantes alemães, de acordo com Larocca *et al.* (2008).

Figura 4. Mãos-francesas no bairro Portão



Fonte: a autora, 2022.

5 O enxaimel foi a técnica construtiva utilizada para erigir a primeira Igreja Luterana de Curitiba, em 1872, na antiga “Rua América”, atual Rua Trajano Reis. Esboçada em aquarela pelo pintor alemão Hugo Calgan, foi demolida em 1892 devido ao comprometimento estrutural causado por um raio.

Figura 5. Telhado com chanfro no Ahú



Fonte: IPPUC, 2016.

Em relação aos imigrantes poloneses, a introdução do método construtivo dos troncos encaixados horizontalmente é ainda incerta. Dudeque (2001) aponta que existe a possibilidade desta tradição remontar ao período no qual a Polônia foi o extremo oeste do Império Mongol. Outras perspectivas indicam que as casas de troncos encaixados são abundantes nos bosques de coníferas do norte e leste da Europa desde o ano 700 antes de Cristo. (DA SILVA *et al.*, 2010). As casas de pranchões, portanto, não são uma exclusividade construtiva polonesa, uma vez que se estendem às culturas ancestrais das regiões de inverno rigoroso da Europa, inclusive a Escandinávia. Dado o exposto, é válido pontuar que no Memorial Ucrâniano de Curitiba, existe uma casa de madeira encaixada horizontalmente (LAROCCA *et al.*, 2008).

No contexto das ondas migratórias do final do século XIX e primeira metade do século XX, a moradia construída a partir dos troncos encaixados horizontalmente era uma solução veloz e barata para solucionar a necessidade imediata do habitar. Nesse sentido, as araucárias eram derrubadas e descascadas a golpes de machado, como retratado na correspondência de um migrante polonês radicado no Brasil:

Os pinheiros são menos grossos e altos, mas são diferentes do que na Polônia, porque não possuem nós na parte baixa. Fornecem muita madeira. Nós não os serramos, porém, partimos com cunhas de ferro, lascando tabuinhas, e tábuas de diversos tipos são rachadas como cartas de baralho [...] Minha casa já está pronta. Agora construímos casas para os outros [...] Eu mesmo fabriquei os móveis com machado, porque aqui não há outro costume. Cada um tem que fazer sozinho (POLINARI, 1990, p. 21-22).

Segundo Parol (2022), em entrevista com o mestre carpinteiro Antônio, o corte da madeira de araucária demandava determinadas especificidades. A transição entre o

outono e o inverno configurava-se como temporada propícia a derrubada. Nas palavras do Sr. Antônio: “no período da lua minguante, os quatro meses que não tem a letra R (maio, junho, julho, agosto), eram destinados a serrar a madeira do pinho” (2022, p. 83). Conforme o entrevistado, os referidos cuidados garantiriam a integridade da madeira, que não sofreria a chamada “hemorragia” provocada pela seiva.

Há quem ande por Curitiba e denomine as casas tradicionais como “casas de polaco”. Esta concepção, muito difundida pela cidade, atribui o emprego de colorações em tonalidades fortes e uso de lambrequins, elucidados na Figura 6, à etnia polonesa. No entanto, as casas tradicionais não são exclusividade étnica, mas de um conjunto dos mais diversos povos, que contribuíram com especificidades construtivas variáveis de uma região para a outra. É cabível citar, por exemplo, a atuação dos imigrantes japoneses que se estabeleceram em Londrina (PR) durante a expansão cafeeira na primeira metade do século XX. A partir dos troncos da peroba-rosa, muito comum na região, construíram belíssimos exemplares de casas em madeira introduzindo um arcabouço de técnicas que se adaptaram às circunstâncias locais (ZANI, 2013). Portanto, as casas tradicionais materializam, como dito anteriormente, um sincretismo construtivo existente na região Sul.

Figura 6. Exemplo de lambrequins



Fonte: Autora, 2022.

No passado, devido à inexistência de calhas para regular o fluxo da água pluvial, os lambrequins desempenhavam a função utilitária de pingadeira. A popularidade do adereço como elemento ornamental se expandiu nas cidades brasileiras apenas no final do século XIX, a partir do modismo arquitetônico dos “chalés-franco-suíços” (DUDEQUE, 2001). Em Curitiba, os lambrequins foram uma imposição da Lei

Municipal n.º 413, sancionada em 1914 e posteriormente endossada pelo Código de Posturas de 1919. O art. 6º da referida legislação de 1914 postulava que: “Sejam as abas do telhado (*excepto* as dos fundos) guarnecidas de lambrequins”. A preocupação estética da municipalidade estava voltada principalmente para a fachada, uma vez que as abas dos fundos, onde ninguém avista, não necessitavam de adornos.

Com o avanço do século XX, o lambrequim se distanciou de uma função exclusivamente mecânica de pingadeira com cortes em ângulos retos apontados para o solo, assumindo formas mutáveis que compunham longos rendados, muitas vezes remetendo a elementos da natureza (CAMPOS; CORDEIRO, 1978). Portanto, o lambrequim não é uma atribuição exclusiva da etnia polonesa, embora existisse um certo apreço por parte destes migrantes pelos ornamentos curvilíneos (LAROCCA *et al.*, 2008). Conforme pontuado por Parol (2022) em entrevista com o mestre carpinteiro Antônio, a variação dos desenhos das pingadeiras remete a etnia das famílias, isto é: italianos, poloneses, ucranianos ou alemães. Além disso, a diversidade de tamanhos dos artefatos harmoniza esteticamente com a fachada das casas. As fachadas largas demandam lambrequins maiores, fachadas estreitas lambrequins menores.

No entanto, apesar de toda riqueza cultural e técnica que as casas tradicionais reuniam, a madeira era um material construtivo considerado “inferior”, representativo de “casa de pobre”. O espaço urbano reúne as mais diversas contradições, envolvendo o âmbito das moradias em atribuições sociais de *status* ou desqualificação. Nesta circunstância, na década de 1960, o austríaco Peter Petschel inseriu em Curitiba o *erkulit*, isto é, chapas compostas por fibras mineralizadas que revestiam as tábuas atribuindo aos imóveis o caráter de construção em alvenaria. O slogan da empresa dizia: “Mude sua casa sem mudar de endereço. Com chapas Erkulit sua casa de madeira se transformará em uma linda residência em material” (BATISTA, 2007, p. 66). Centenas e centenas de casas foram revestidas na década de 1960.

Ao andar por Curitiba, não é incomum encontrar uma casa de madeira “disfarçada” de alvenaria por intermédio das chapas mineralizadas *erkulit*. À esquerda, a Figura 7 representa uma casa de madeira antes do revestimento com placas *erkulit*, enquanto a Figura 8, à direita, ilustra a mesma residência após o revestimento. Ambas as imagens foram retiradas da dissertação de mestrado: “A tecnologia construtiva em madeira na região de Curitiba: da Casa Tradicional à Contemporânea”, de autoria de Fábio Domingos Batista (2007), com base em acesso ao acervo fotográfico da empresa *Erkulit* Indústria e Comércio, LTDA, 1972.

Figura 7. Casa de madeira sem revestimento



Fonte: Batista, 2007.

Figura 8. A casa após o revestimento *erkulit*



Fonte: Batista, 2007.

Em entrevista concedida a Parol (2022), Wanda, moradora de uma casa de madeira situada no bairro Mercês desde 1957, pontuou que, no dia a dia, as discriminações em relação às casas tradicionais eram inexistentes. Segundo Lefebvre (2001), no cotidiano há o encontro entre a ordem próxima e distante. A primeira, refere-se ao habitual, ao desenrolar da vida e as contradições das tramas subjetivas. Enquanto a ordem distante é definida pela pretensa racionalidade das ações burocráticas que, embora sejam abstrações longínquas definidas em gabinetes, se materializam no cotidiano dos habitantes. Desde 1906, — ano da primeira legislação destinada à edificação de casas tradicionais em Curitiba — o espaço da cidade foi fragmentado mediante hierarquizações que empurraram a arquitetura tradicional de madeira para áreas longínquas da primeira zona fiscal. No entanto, no âmbito da vida cotidiana, as relações dos indivíduos com a arquitetura tradicional eram definidas a partir de premissas distintas das impostas pela municipalidade.

As representações arquitetônicas são permeadas de simbolismos e inevitavelmente refletem a modificação do espaço pela ação da sociedade. Desse modo, a arquitetura é um elemento ambíguo – material e concomitantemente imaterial – que organiza os espaços assinalando as mudanças promovidas pelas sociedades ao longo do tempo (FERRARA, 2000).

4 Considerações Finais

Embora as casas tradicionais de madeira representem a materialização de um saber técnico, que envolve habilidades de imigrantes das mais diversas etnias e o conhecimento dos locais, as legislações municipais interpretaram o referido padrão construtivo como símbolo de atraso. Desde 1906, ano da primeira lei destinada à proibição da construção de casas tradicionais de madeira nas áreas centrais de Curitiba, o espaço da cidade foi ordenado e moldado a partir da segregação de classes. O centro, área que concentrava os principais equipamentos urbanos no início do século XX, era caracterizado pela paisagem dos alicerces em alvenaria, enquanto nos longínquos arrabaldes predominavam as tábuas verticais e as mata-juntas. Apesar da riqueza ornamental dos lambrequins e da popularidade que as referidas residências possuíam, como indicam as plantas submetidas a Diretoria de Obras entre 1900-1950, essas casas foram segregadas do espaço urbano central.

O depoimento concedido por Wanda evidenciou as contradições entre as vivências cotidianas e as resoluções impostas pela ordem distante nos gabinetes municipais (PAROL, 2022). A moradora afirmou que, no dia a dia, não havia preconceito em relação às casas de madeira. Nessas circunstâncias, há um descompasso entre a percepção dos habitantes em relação à arquitetura tradicional de madeira, elemento comum na paisagem de Curitiba, e a interpretação legislativa, que negou continuamente a essas casas o reconhecimento como parte integrante da identidade local.

Referências

- ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução urbana no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, 1987.
- BATISTA, Fábio Domingos. *A tecnologia construtiva em madeira na região de Curitiba: da Casa Tradicional à Contemporânea*. Dissertação (Mestrado), Curso de Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/90136>. Acesso em: 10 de setembro de 2022.
- BRAUDEL, Fernand. História e ciências sociais: a longa duração. In: *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, p. 41-78. 1992.
- BENKENDORF, Carlos Augusto. Embriaguez, desordem e controle social em Curitiba. In: *Boletim de Departamento de História da UFPR, Séries Monografias, n.º 1*, Curitiba, Imprensa Universitária, p. 60-87, 1989.
- CAMPOS, Heloisa Maria; CORDEIRO, Vania Alves. *O lambrequim e sua mensagem poética*. Trabalho de conclusão de curso. Universidade Federal do Paraná, Curso de Comunicação Visual, 1978. Disponível no acervo documental da sede do IPHAN de Curitiba.

- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: FFLCH, 2007.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. O espaço-tempo da práxis urbana na modernidade. *Boletim Paulista de Geografia*, n. 100, p. 1-16, 2018.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- CURITIBA. Posturas da Câmara Municipal de Curitiba, decretadas pela Câmara Municipal em sessão de 22 de novembro de 1895. Curitiba: Typ. Lith. Curitybana. 1897.
- CURITIBA, Lei Municipal n.º 117, de 8 de outubro de 1903. Leis, Decretos e Actos, 1902 a 1906.
- CURITIBA, Lei Municipal n.º 177, de 30 de abril de 1906. Leis, Decretos e Actos, 1902 a 1906.
- CURITIBA, Lei Municipal n.º 196, de 16 de novembro de 1906. Leis, Decretos e Actos, 1902 a 1906.
- CURITIBA, Lei Municipal n.º 245, de 6 de maio de 1909. Leis, Decretos e Actos, 1909.
- CURITIBA, Lei Municipal n.º 341, de 19 de novembro de 1912. Leis, Decretos e Actos, 1912.
- CURITIBA, Lei Municipal n.º 413, de 7 de fevereiro de 1914. Leis, Decretos e Actos, 1914.
- CURITIBA, Lei Municipal n.º 527, do Código de Posturas, 1919.
- DA SILVA, Janice Bernardo; DA ROCHA, Márcio Pereira; IMAGUIRE, Key. Metodologia de análise e diagnóstico da madeira na preservação do patrimônio histórico. *Floresta*, v. 40, n.º 2, 2010.
- DUDEQUE, Irã José Taborda. *Espirais de madeira: uma história da arquitetura de Curitiba*. Studio Nobel, 2001.
- FERRARA, Lucrécia D'Aléssio. *Os significados urbanos*. São Paulo: Edusp, 2000.
- GIOVANNI, Eduardo Nogueira. *Pau pra toda obra: o uso da madeira na arquitetura catarinense*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da cidade, 2008.
- IMAGUIRE, Key. Boletim informativo da Casa Romário Martins. *O Lambrequim*, Curitiba, Fundação Cultural de Curitiba, v. 3, n. 17, março 1976.
- IMAGUIRE, Key. *A Casa de Araucária: Arquitetura Paranista*. Curitiba: tese de concurso, UFPR, 1993.
- IMAGUIRE, Key; IMAGUIRE, Marialba Rocha Gaspar; BATISTA, Fábio Domingos; BERRIEL, Andréa. *A casa de araucária*. Arquitetura da madeira em Curitiba. Curitiba, Instituto ArquiBrasil, 2011.
- INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA (IPPUC). *Vila da Madeira*. Curitiba: IPPUC, 1999.
- INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA (IPPUC). *Casas de Madeira em Curitiba*. Curitiba: IPPUC. Março de 2016.
- LAROCCA Junior Joel; LAROCCA, Pier Luigi; LIMA, Clarissa de Almeida. *Manual de conservação e adaptação de casas de madeira do Paraná*. Ponta Grossa: Larocca Associados, 2008.

- LAVALLE, Aida Mansani. *A madeira na economia paranaense*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em História. Curitiba: Grafipar, 1981.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.
- LEFEBVRE, Henri. *La producción del espacio*. Capitán Swing Libros, 2013.
- MAIA, Doralice Sátyro. Normativas urbanas no Brasil imperial: a cidade e a vida urbana na legislação brasileira (1822-1850). *Geo UERJ*, v. 2, n. 25, p. 458-476, 2014.
- MARICATO, Ermínia. Autoconstrução, a arquitetura possível. *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*, v. 2, p. 71-93, 1982.
- MEMÓRIA URBANA DE CURITIBA E DO PARANÁ. *Planta de Curitiba e perímetro urbano definido em 1903*. Disponível em: <https://www.memoriaurbana.com.br/>. Acesso em: 21 agosto 2022.
- MEMÓRIA URBANA DE CURITIBA E DO PARANÁ. *Quadro urbano de Curitiba em 1914*. Disponível em: <https://www.memoriaurbana.com.br/>. Acesso em: 05 de maio de 2022.
- PAROL, Núbia. *Ausência e presença: a transformação da paisagem urbana e as casas tradicionais de madeira em Curitiba-PR*. Relatório de Projeto de Pesquisa. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná, 2022.
- POLINARI, Marcelo. *Fontes para a História do Paraná: cronistas dos séculos XIX e XX*. Curitiba: SEEC, 1990.
- SUTIL, Marcelo Saldanha. *O espelho e a miragem: ecletismo, moradia e modernidade na Curitiba do início do século*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 1996.
- SUTIL, Marcelo Saldanha. *Beirais e platibandas: A arquitetura de Curitiba na primeira metade do século 20*. Curitiba: UFPR, 2003.
- ZANI, Antônio Carlos. *Arquitetura em madeira*. Londrina: EdUEL, 2013.